



VITRAL CULTURAL

a newsletter do CCJF

Chegou a 23ª edição da *Vitral Cultural*, a newsletter mensal do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). Por aqui, você encontra matérias sobre as principais atrações e iniciativas do CCJF, além de notas e bons artigos sobre arte e cultura. Esperamos que cada pedacinho desse vitral, produzido com cuidado e apreço, te traga bons momentos de leitura. Mais uma vez, aqui vai aquele pedido especial: se gostou do conteúdo, repasse aos(às) amigos(as)! Vamos aproveitar o poder de disseminação da Internet para ampliar o acesso da população à cultura. Assim, todos(as) ganham. Gratidão ✨



Da esquerda para direita, Sr. Marcus Vinicius Silveira, Dr. Horácio Pinto, Dr. Heraldo Silva, Dr. Theophilo Miguel Filho, Sr. Carlos Portinho, Sr. Ralph Costa e Sr. Everton Schmidt

Em homenagem com moeda e certificado de mérito cultural, CCJF reconhece valoroso trabalho de profissionais em prol da sociedade brasileira

Para além do relevante reconhecimento de nomes que incentivam a arte e a cultura do país, o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) também reconhece e reforça, em outras frentes, o valoroso trabalho realizado por profissionais do serviço público em prol da sociedade brasileira, entre eles na área judiciária e militar, no âmbito da Marinha do Brasil. Por isso, no dia 27 de março, o CCJF concedeu homenagem com moeda e certificado de Mérito

Cinelândia - Cinema na Rua retoma as atividades em abril com duas exposições



Em 2026, retomando a programação e no contínuo esforço para recuperar a vocação primordial da Praça Floriano Peixoto (e arredores) como polo cultural, o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), a Banca do André e a ASPAC - Associação dos Servidores Públicos da ANCINE, promovem duas exposições de filme ao ar livre e gratuitas na Rua Pedro Lessa, na Cinelândia.

O projeto *Cinelândia - Cinema na Rua* exibirá, no dia 14 de abril, o documentário *Andança - Os Encontros e as Memórias de Beth Carvalho*, dirigido por Pedro Bronz e disponibilizado pela produtora TvZero. Já no dia 28 deste mês, é a vez

Cultural ao desembargador Heraldo de Oliveira Silva, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), a Marcus Vinicius de Almeida Silveira, capitão-de-mar-e-guerra e presidente Global Institucional na AMBIPAR, e a Everton Schmidt, capitão-de-coveta e prático do Estado do Rio de Janeiro.

O gesto, que aconteceu na Sala de Sessões, palco de julgamentos históricos do Brasil até 1960, quando sede do Supremo Tribunal Federal (STF), foi uma forma simbólica do Centro Cultural – que neste mês completa 25 anos de existência –, demonstrar apreço e gratidão a instituições brasileiras que guardam a democracia e a soberania do país: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, considerado um pilar da democracia e da estabilidade social paulista, e a Marinha do Brasil, porto seguro da soberania e democracia do país; guardiã das riquezas do Brasil. Outro importante trabalho destacado na cerimônia foi a Praticagem, que sustenta a economia e a segurança da imensa costa brasileira.

Na ocasião, o desembargador Theophilo Antonio Miguel Filho, diretor-geral do CCJF, abriu o evento destacando, entre outros pontos, momentos marcantes da história do prédio, especialmente da Sala de Sessões: local no qual Rui Barbosa desenvolveu a Teoria do *habeas corpus* invertido, ampliando os horizontes das liberdades individuais no Brasil, e o julgamento do *habeas corpus* de Olga Prestes que, infelizmente, foi denegado, culminando com a extradição dela para a Alemanha nazista. Ele também citou o mistério solucionado recentemente do afresco de uma das paredes da sala, danificado pelas obras de restauro. Após concurso para descobrir quem era a figura histórica, o veredicto: seria a representação do jurista romano Múcio Cévola. Para o diretor-geral, nesse cenário impregnado de história, memória e simbolismo, além de ser uma honra e satisfação acolher os homenageados, foi um momento de reflexão sobre o valor das instituições, da justiça, do serviço à sociedade e da preservação da história do país.

Emocionado, após receber a homenagem, Dr. Heraldo Silva, pontuou que existem momentos em que as palavras ficam pequenas diante do significado do instante. “Receber essa distinção me toca profundamente. Não apenas pelo valor institucional da homenagem, mas pelo significado que ela carrega, o reconhecimento de que quando o Direito é exercido com responsabilidade, sensibilidade e compromisso público também é uma forma de preservar a cultura, fortalecer instituições e defender a liberdade”, pontuou compartilhando a honraria com colegas magistrados, servidores da justiça, advogados, professores e estudiosos. “O Direito é, antes de tudo, uma obra coletiva e nenhuma trajetória jurídica isolada se sustenta sem o apoio silencioso daqueles que caminham ao nosso lado”, ressaltou. Ao encerrar seu agradecimento, o desembargador frisou: “Recebo essa homenagem não como um ponto de chegada, mas como um convite para manter o compromisso com o Direito, com as instituições e com os valores que tornam possíveis a vida em sociedade.”

do recente longa-metragem *O Velho Fusca*, com direção de Emiliano Ruschel, que transformará a rua em uma grande sessão de cinema a céu aberto. A trama é produzida pela Ruschel Studios e distribuída pela A2 Filmes. Ambas as sessões acontecem às **18h30**.

Venha curtir esses momentos especiais!

.....

Exposição e documentário: a vida e o legado de Lélia Gonzalez no CCJF



No dia 13 de março, o TRF2 e o CCJF realizaram exibição de documentário e debate sobre a vida e o legado de Lélia Gonzalez, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira. O evento fez parte da programação da exposição *Projeto Memória - Lélia Gonzalez: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas* que ocupa uma das galerias do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** até o dia 22 de abril (prazo estendido).

Logo após o documentário, começou uma mesa de debates formada pelo desembargador federal Julio Cesar Costa, Presidente da Comissão de Equidade Racial e de Gênero do TRF2, pelo juiz federal Carlos Adriano Bandeira, Gestor Local do Pacto Nacional de Equidade Racial no

Com o mesmo sentimento de gratidão, Marcus Vinicius Silveira e Everton Schmidt agradeceram profundamente ao Centro Cultural, na pessoa do Dr. Theophilo, além de família, amigos e demais presentes. Schmidt destacou, ainda, a essencial importância da cultura como poder transformador da sociedade. “Estar aqui hoje nesse espaço que valoriza a cultura, a memória e o pensamento se torna ainda mais especial. A cultura tem papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, mais consciente e mais humana. Ela nos conecta com nossas raízes, amplia horizontes e nos convida a enxergar o mundo com mais sensibilidade e reflexão. Ser conhecido por contribuir, ainda que de forma modesta, para este universo é algo que levo com enorme gratidão e responsabilidade”, disse.

A cerimônia também contou com a ilustre presença à mesa das seguintes autoridades: Dr. Horácio Correia Pinto, ministro do Supremo Tribunal de Justiça Português, almirante Ralph Dias da Silveira Costa, presidente do Tribunal Marítimo, e Carlos Francisco Portinho, senador federal.

Com a homenagem, o CCJF reitera o compromisso de enaltecer e celebrar valores e ofícios que vão ao encontro da visão do espaço como instituição que preza pela garantia do acesso e pela qualidade do serviço prestado àqueles que têm o Brasil como Pátria Mãe.



Memória e resistência marcam abertura da Mostra Mulheres em Cena

No dia 3 de março, o Cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) recebeu o *Cinedebate Torre das Donzelas: Memórias e Resistências de Presas Políticas da Ditadura Militar*. O evento, que fez parte da abertura da *Mostra Mulheres em Cena*, reuniu especialistas, acadêmicas e o público em torno do tema memória, justiça e resistência.

Poder Judiciário, lançado em 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pela mediação, pela juíza federal Adriana Alves Cruz, Titular da 5ª Vara Federal Criminal do RJ, além do Sr. Rubens Luiz Rufino de Lima, Diretor-Executivo do Instituto Lélia Gonzalez e filho da homenageada.

Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), abriu o momento de reflexão ao enviar vídeo destacando a importância do pioneirismo e do legado de Lélia, defensora dos direitos das mulheres negras no Brasil. Para ele, “a iniciativa reafirma o valor de preservar trajetórias que ajudaram a ampliar o horizonte democrático do nosso país”. Na sequência, as demais autoridades e convidados presentes na mesa lembraram as lutas de Lélia Gonzalez em prol da democracia e de equidade às minorias.

Além disso, reforçaram que, apesar do progresso trilhado até os dias de hoje, é preciso seguir avançando nas conquistas para uma sociedade mais justa. Depois das falas, ainda houve espaço para que o público pudesse pontuar relevantes questões e tirar dúvidas sobre o tema. Um evento rico e inesquecível.

*Equipe do CCJF
visita Real Gabinete
Português de
Leitura, marco
cultural luso-
brasileiro no Rio de
Janeiro*

O cine debate foi uma realização da Liga Acadêmica de Direito e Literatura (LADIL) e da Liga de Direito e Gênero da Unirio (LADIGEN) e contou com um público diverso que lotou o cinema. Dirigido por Susanna Lira, o documentário apresenta relatos de mulheres que foram presas políticas durante a ditadura militar brasileira e cumpriram pena no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Conhecido como “Torre das Donzelas”, o espaço marcou a trajetória dessas mulheres que compartilham memórias de violência, repressão e violações de direitos humanos, mas também histórias de solidariedade, afeto e resistência construídas no cotidiano do cárcere. Ao revisitar esse passado, o filme reforça a importância da preservação da memória histórica para que episódios como esses não se repitam.

Após a exibição, o público participou de um debate com a diretora Susanna Lira, além de Luciana Lombardo, chefe da divisão responsável pelo Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil - Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. O encontro promoveu uma reflexão sobre o papel da memória na construção da democracia, destacando a relevância de iniciativas acadêmicas e culturais que mantêm vivas as narrativas de resistência feminina, além de debater sobre a importância dos direitos humanos e sobre o apagamento de vozes femininas. A vice-presidente da LADIL, Maiara Vilela, destacou que o evento foi um sucesso. “Gostaria de registrar que foi uma grande satisfação ter o nosso projeto selecionado pelo CCJF e, especialmente, ter sido escolhido para abrir a *Mostra Mulheres em Cena*. O evento foi um grande sucesso e o público presente superou nossas expectativas, demonstrando o grande interesse e a relevância do tema debatido”, declarou.



No palco do CCJF, os atores Paula Goja, Antonio Pina e Pedro Pedruzzi trazem reflexões sobre resistência feminina e opressão

Peça teatral Cordélia Brasil revela os limites e resistências do cotidiano feminino



No Dia do Bibliotecário, comemorado na data de 12 de março, parte da equipe do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), com a presença do diretor-geral, Dr. Theophilo Miguel, realizou uma visita institucional ao histórico Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), no Centro do Rio. Guiados pelo Sr. Orlando Inácio, Secretário-Geral do RGPL, servidores e estagiários do CCJF tiveram a honra de conhecer e aprender mais sobre a história desse marco cultural luso-brasileiro considerado, inclusive, a 8ª biblioteca mais bonita do mundo — de acordo com o *1000 Libraries Awards*, da fundação internacional *1000 Libraries*, dedicada a celebrar a cultura do livro.

Quinze anos antes da Independência brasileira, em 1837, 43 imigrantes portugueses se reúnem na residência de Dr. António José Coelho Lousada, na antiga Rua Direita (hoje, Rua Primeiro de Março), no intuito de criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império. Anos depois, a sede passaria para a Rua da Lampadosa — atual Rua Luís de Camões, onde se encontra atualmente. Com estilo neomanuelino e inaugurado em 1887, o prédio — um projeto de Raphael da Silva Castro —, possui uma arquitetura imponente, com afrescos ricos em detalhes e inspiração europeia — semelhante aos espaços e decoração

Durante o mês de março, o Teatro do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** recebeu o espetáculo *Cordélia Brasil*, peça teatral que fez parte da programação da *Mostra Mulheres em Cena*, que teve como objetivo dar destaque ao protagonismo feminino. A obra, dirigida por João Fonseca e estrelada por Paula Goja, Antonio Pina e Pedro Pedruzzi, retornou aos palcos com uma nova proposta, atualizando a linguagem sem perder a força de um texto que continua extremamente atual.

A peça acompanha a história de Cordélia, uma mulher que vive em uma quitinete precária, ao lado de um companheiro acomodado. Ao longo da trama, ela tenta sustentar não só a casa, mas também a própria relação, lidando com frustrações, afetos e escolhas difíceis. Com a chegada de um terceiro personagem, essa dinâmica começa a se romper, trazendo à tona tensões, desejos e inquietações que estavam ali, mas ainda não tinham sido encaradas.

A atriz Paula Goja dá vida à protagonista com intensidade e sensibilidade, conduzindo a história com naturalidade entre momentos de ironia, cansaço e emoção. O cenário mais fechado e a atmosfera construída em cena ajudam o público, que fica extremamente envolvido, a entrar naquelas situações sufocantes encenadas no palco, fazendo com que cada uma delas se pareça ainda mais próxima e real.

Cordélia Brasil oferece mais do que uma boa trama, faz refletir sobre questões que ainda fazem parte da realidade de muitas mulheres. É o tipo de espetáculo que não termina quando as luzes se apagam, mas continua depois, nas reflexões e nas conversas de quem o assistiu. “A experiência no CCJF foi maravilhosa! O espaço é muito acolhedor e a peça cresceu muito! Fizemos venda de ingressos e formação de plateia. A plateia foi muito receptiva durante toda a temporada”, declarou, entusiasmada, Paula.



Show do *Penha que Voa*, com Renata Chiquetto (voz e triângulo), Daniel Esperança (acordeon), Caio Storni (bateria), Maria Bernardo (clarineta), Xandão Viana (flauta transversa e sax soprano), Lucas Cajuine (viola e

preservados até hoje no CCJF.

Para além da construção histórica, o RGPL reúne a maior coleção de obras portuguesas fora de Portugal, incluindo raridades como uma edição de *Os Lusíadas*, de 1572, manuscritos de *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, e o Dicionário da Língua Tupy, de Gonçalves Dias. São, no total, cerca de 350 mil obras.

Na visita especial, a equipe do CCJF pôde acessar áreas normalmente restritas ao público, como o 3º andar que abriga o auditório do Gabinete, a sacada com uma linda vista para o salão principal rodeado de enormes estantes de livros — que ocupam do teto ao chão da biblioteca —, pinturas, vitrais e objetos que dão a dimensão da riqueza do acervo português no Brasil e ajudam a remontar as conquistas e a literatura lusitana.



A história do CCJF: agende sua visita!



O programa conta a história do prédio, de sua construção até os dias atuais. Projetado pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios para ser originalmente o Palácio Arquiepiscopal, o edifício - exemplar da arquitetura eclética - abrigou o Supremo Tribunal Federal de 1909 a 1960.

Atualmente, é um dos poucos remanescentes da reformulação da cidade

guitarra), Laila Aurore (cavaco), Bruna Saraiva (violão de 6 cordas), Lourenço Matheus (baixo elétrico)

Do teatro ao saguão: CCJF promove encontros com a música brasileira

Em março, o teatro e o saguão do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) receberam duas apresentações musicais que reforçam a diversidade de sua programação cultural. No dia 5, o espetáculo *Pena Que Voa - Tributo a Anastácia, Rainha do Forró*, integrante da *Mostra Mulheres em Cena 2026*, ocupou o Teatro com um repertório dedicado à obra da compositora e cantora Anastácia. Já no dia 19, o projeto *Música no Saguão - Série Vitrine Musical UNIRIO* levou ao hall de entrada o concerto gratuito do quinteto de metais *Urca Brass*. Com propostas distintas, os eventos reuniram músicos ligados ao cenário artístico carioca e convergiram no mesmo objetivo: aproximar o público da música brasileira por meio de experiências acessíveis e sensíveis.

No palco do teatro, o grupo *Pena Que Voa*, iniciou sua apresentação com fortes aplausos, construindo imediatamente uma conexão com o público. A proposta do espetáculo foi além da música, trazendo também muitos ensinamentos ao apresentar a trajetória de Anastácia – artista conhecida por suas composições, mas nem sempre reconhecida por sua história. A cada canção, o grupo misturava momentos sensíveis com momentos ritmados, mantendo as características do forró. Renata Chiquetto, uma das integrantes do grupo (voz e triângulo), explica que o *Pena Que Voa* é um projeto que nasce da profunda admiração pela compositora Anastácia. “Ainda que seja um grande nome do forró, uma artista extremamente renomada e importante, percebemos que em muitos núcleos há pessoas que não a conhecem, apesar de saberem de cor algumas de suas canções. Ela segue hoje com todo o vigor de seus 85 anos compondo, cantando, produzindo muita música, e pensamos que se pudermos contribuir para que cada vez mais pessoas a acompanhem e prestigiem, teremos alcançado nosso objetivo!”, ressalta ao completar que o grupo busca colocar sempre identidade e originalidade nos arranjos e nas roupagens das canções.

A dinâmica entre os instrumentos também se destacou: a abertura contou com as notas da flauta transversal, seguida pelo protagonismo da sanfona. Ao longo de toda a apresentação, se pode perceber a qualidade musical de cada integrante do grupo. As variações de volume e arranjos despertavam a atenção da plateia, enquanto as pausas entre as músicas criavam espaço para contextualizações sobre a obra de Anastácia. “Termos tido a oportunidade de apresentar nosso show no CCJF foi uma alegria enorme, pois é um local muito relevante culturalmente no Rio de Janeiro, que acompanhamos e respeitamos imensamente. Ficamos extremamente felizes com o acolhimento da casa ao nosso projeto e esperamos voltar mais vezes!”, torce a musicista.

do Rio de Janeiro ocorrida no início do século XX.

A visita propõe, ainda, uma reflexão sobre preservação do patrimônio histórico, cultura, justiça e sociedade.

O serviço de visita orientada é gratuito e o agendamento pode ser feito da seguinte maneira: para até 10 pessoas [clique aqui](#)

Já para grupos de até 40 pessoas pelo e-mail: visitas.ccjf@trf2.jus.br

Refúgio para a mente, olhos e ouvidos no coração do Centro do Rio



Venha conhecer a biblioteca do CCJF, localizada no 2º andar do nosso prédio. Lá, você encontra um acervo especializado em Arte e Cultura, ambiente confortável para ler e estudar.

Não é necessário se cadastrar nem agendar horário para frequentar nossa biblioteca.

A biblioteca está aberta ao público de **terça a sexta, das 12h às 17h**, exceto no recesso judiciário e feriados.

[Programação do CCJF no WhatsApp](#)



O quinteto *Urca Brass* JJ Simões e Leonardo Neto (trompetes), Jhonatas Oliveira (trompa), João Gomes (trombone) e Caio David (tuba) em ação no hall de entrada do CCJF

No hall do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), o concerto do *Urca Brass* trouxe a música de câmara para um ambiente de circulação, criando uma experiência mais aberta e inserida no cotidiano do Centro Cultural. A apresentação, no dia 19, encantou não apenas o público que já acompanhava a programação, mas visitantes que, ao entrarem no local, eram naturalmente convidados a permanecer e prestigiar o show. Com uma formação clássica de quinteto de metais, o grupo apresentou um repertório que transitou por diferentes vertentes da música brasileira. Ao longo do concerto, pequenas pausas foram utilizadas para apresentar e contextualizar as obras, tornando a escuta mais próxima e acessível. Essa mediação, junto à qualidade técnica dos músicos, contribuiu para um ambiente acolhedor, em que o público pôde se envolver com a apresentação. "Foi uma grande satisfação começarmos a temporada da série com o *Urca Brass*. Eles tocaram de maneira sublime! A novidade de realizarmos a apresentação no saguão do CCJF foi muito bem recebida pelo público, que compareceu e prestigiou em quantidade considerável. Acabou sendo um pré *happy-hour* ali mesmo para o pessoal que estava saindo de seus locais de trabalho. Um bom momento de encontro pessoal e encontro com as artes", destacou Sérgio Azra, um dos responsáveis pelo *Música no Saguão - Série Vitrine Musical UNIRIO - Urca Brass*.

Mesmo com formatos e propostas diferentes, os dois eventos se aproximam por destacar o papel do CCJF como um espaço de encontro entre público, artistas e diferentes expressões da música brasileira. Seja no teatro, com um espetáculo que resgata e valoriza a trajetória de Anastácia, seja no saguão, com um concerto que convida o público a vivenciar a música de câmara de forma mais espontânea, as apresentações reforçam o compromisso do CCJF em promover experiências culturais diversas, acessíveis e conectadas com a cidade.



Fique atento(a) à nossa programação. Entre no grupo do WhatsApp especialmente feito para a divulgação dos próximos eventos. É só apontar a câmera do celular para o QR code abaixo:



Você também pode acessar o site do CCJF e conferir nossa programação completa e atualizada. [Clique aqui!](#)

Curiosidades do CCJF: você sabia?



Você sabe quem foi Quinto Múcio Cévola, figura apagada da parede da Sala de Sessões?

Representado em uma das nossas pinturas-



Da esquerda para a direita, Ana Paula Sales, Marcelle Esteves, Dalinha Catunda, Lea Carvalho, Beatriz Ras, Adriana Bodolay e Maria de Oliveira debatem sobre violência feminina e como combatê-la

Roda de Conversa *Voices pelo fim do feminicídio e outras violências contra a mulher* clama a favor da luta feminina por justiça contra crimes de gênero

Após inúmeros e tristes casos diários de violência contra mulher no país, debater sobre feminicídio e temas correlatos, em um espaço que respira cultura e democracia, se faz mais do que necessário. Pesquisa recente do *Instituto DataSenado* revela que 88% das mulheres já sofreram violência psicológica e que grande parte dos casos ocorre na presença de crianças; denúncias à Central de Atendimento à Mulher (180) subiram 33% em 2025.

Quem esteve na *Roda de Conversa, cordel, literatura. Voices pelo fim do feminicídio e de outras violências contra a mulher*, que aconteceu no último dia 25, no Cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), teve a oportunidade de ouvir relatos fortes e comoventes de mulheres que já passaram por traumas e abusos e os usaram como fonte de superação para lutar contra a violência, seja física ou mental, de homens contra as mulheres. No âmbito da programação da *Mostra Mulheres em Cena*, mais do que conversar e denunciar o assunto, a roda ofereceu ao público informações importantes que podem ajudar a salvar vidas, caso a mulher reconheça os sinais da violência e saiba como procurar auxílio. Para Maria de Oliveira, Diretora da Divisão de Cultura do CCJF, esse é um papel importante de um Centro Cultural vinculado à justiça. “Que tenhamos a pretensão sincera de que seja um agente de mudança da sociedade. Sem esse tipo de atividade não faz sentido. Só lembrando que estamos fazendo esse evento no dia seguinte à criminalização da misoginia”, disse ao abrir o evento.

A iniciativa contou com a participação de Adriana Bodolay, mãe, escritora e professora, Ana Paula Sales, presidente fundadora da Associação de Mulheres de Itaguaí Guerreiras

painéis que não foi restaurada, Quinto Múcio Cévola, o Pontífice, foi considerado o “pai” do estudo científico do Direito Romano, ao ser o pioneiro ao sistematizar o Direito Civil por gêneros, reduzindo-o a dezoito livros. Foi Pontífice Máximo, zelando pelo rigor das tradições e dos ritos romanos, e mestre influente na formação jurídica de Cícero e de outras grandes mentes da Antiguidade, deixando um legado que atravessou o tempo.

A descoberta da personalidade que originalmente preencheu uma das paredes da Sala de Sessões do CCJF e que não pôde ser restaurada foi feita a partir do *Concurso Quis Ego Sum*, idealizado pelo Centro Cultural no ano passado. O professor Bruno Lacerda, vencedor do prêmio, conectou registros de 1909 e frases em latim para confirmar que o “Pontífice da República” era a figura original apagada.

e Articuladoras Sociais - A.M.I.G.A.S, Beatriz Ras, psicóloga, escritora e poeta, Lea Carvalho, professora da UERJ e produtora editorial, Marcelle Esteves, psicóloga, palestrante, especialista em Gênero, Raça, Sexualidades e Direitos Humanos e ainda, a cordelista Dalinha Catunda, 1ª mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Literatura de Cordel - ABLC. No encontro, Dalinha declamou um cordel sobre o tema. Em um dos trechos, a cordelista mostra a força feminina por meio de sua história de vida, citando o contraste entre o passado e os dias de hoje, não perdendo sua essência: “Hoje eu tenho o apoio do meu pai e minha mãe, abraçam-me meus amigos, abraçam-me meus irmãos, mas houve um tempo que eu era apenas uma maldição. Agora bem mais abastada do que nos tempos de outrora, quem me jogava pedra, agora chama senhora. E eu sou a mesma Dalinha, jamais mudei minha história.”

Ana Paula, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio, contou sobre como conseguiu que seu ex-marido e agressor fosse preso, depois de muitas batalhas tentando fazer justiça pelos crimes cometidos por ele contra ela. “Foi uma luta para que eu conseguisse prender o meu agressor (...) O delegado debochou da minha cara...depois, voltei ao Fórum e renovei o Mandado de Prisão e a Oficial de Justiça, dessa vez mulher, foi lá para efetivar o mandado. O lado político da cidade é machista, são homens que executam as políticas públicas. Depois de correr muito, após dois anos foi inaugurado na minha região (Itaguaí) o Centro Especializado de Atendimento à Mulher, algo que eu queria ter tido mas não tive”, conta Ana que nesse período montou a A.M.I.G.A.S, associação que protege e ajuda mulheres a ter seus direitos garantidos.

Ela ainda dá uma dica valiosa para aquelas que estão passando por algum tipo de violência. “O primeiro instinto é ir na delegacia, mas temos que batalhar para conseguir provas, a primeira é fazer Boletim de Atendimento Médico (BAM), Pronto Socorro, público ou particular, e avisar que foi vítima de violência e pede um (BAM) para não perder tempo. Somos multiplicadores, nunca mande uma mulher ferida para delegacia, vá primeiro para o hospital. Na mesma hora o médico vai relatar o que aconteceu”, instrui. Ao contar seu relato pessoal, semelhante ao de Ana Paula, Adriana pontuou que não tinha a mínima noção de que vivia um relacionamento abusivo, sendo julgada e culpada de todos os problemas que o outro tinha, no caso também o ex-marido e agressor. “A gente acaba acreditando em todas aquelas falas negativas mas não acreditamos em nós mesmas. Não queria só sobreviver, queria que minhas filhas tivessem a oportunidade de viver sem o peso de acordar e ter que ser esmagada, às vezes não fisicamente, mas psicologicamente”, lembra, emocionada.

Segundo Marcelle, quando se fala sobre a violência contra a mulher e suas várias vertentes não se pode deixar de trazer à tona um ponto fundamental e primordial: a educação. “Não existe outro espaço que vá desconstruir toda e qualquer possibilidade de violência. Através da educação criamos seres pensantes, e estamos precisando demais criá-

los. Quando falamos que a violência é um construto a partir daquilo que a gente aprende nas nossas casas, na escola, no nosso círculo de amizade...desde de crianças, lidamos com uma sociedade que desde sempre vai colocando a mulher em um sub lugar de que ‘nasceu para servir’. Essa é a lógica do patriarcado que vai alimentando o machismo e esse processo de construção de violência”, destaca. Para ela, é preciso falar de uma igualdade de direitos ao ensinar, desde cedo, que o menino precisa, sim, brincar de boneca, por exemplo, ou de casinha, assim, as chances de se tornarem ótimos pais, respeitar a mulher e limpar a casa, por exemplo, seriam maiores. “Eles dariam valor a esse processo...e não existiria a frase: ‘vou te ajudar’. Não é sobre ajuda, é sobre partilhar uma vida já que estamos juntos. A educação na escola deveria trazer isso, mas não temos isso, infelizmente, porque temos uma educação que primeiro é feita para emburrecer a nossa sociedade. Se tivéssemos esses pequenos passos no processo de educação teríamos jovens que respeitariam o corpo da mulher porque ‘não é não’”, afirma com firmeza.

A roda de conversa foi uma oportunidade inesquecível para ouvir relatos marcantes e profundos que dão a real dimensão deste grave problema social vivido no Brasil e no mundo e que ainda pode servir como ato de coragem para que outras mulheres que vivam os mesmos abusos busquem ajuda. Afinal, elas não estão sozinhas. Denuncie, ligue 180.



<<POR DENTRO>> DO CCJF

entrevista com
Maria Clara da Silva

A *Vitral Cultural* deste mês dá continuidade na série **Por dentro do CCJF**. Dessa vez, a entrevistada é Maria Clara da Silva, estagiária da Seção de Comunicação. Ela conta sobre sua rotina no **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**, sua atuação na organização e produção de conteúdo e a experiência de atuar em um espaço cultural no centro do Rio. Confira a entrevista completa a seguir:

VITRAL CULTURAL: O que te fez escolher o curso de Publicidade e Propaganda? Como é estagiar no Centro Cultural Justiça Federal?

Maria Clara da Silva: Escolhi a graduação de Publicidade e Propaganda por meio do meu curso técnico em administração, após um módulo de Marketing. Pesquisei a fundo sobre a comunicação e vi que a Publicidade era uma grande possibilidade. Eu amo estagiar no CCJF, todos os dias eu aprendo algo novo. Além disso, fiz grandes amigos aqui.

VITRAL: Quais suas principais funções no CCJF? Qual é a atividade que você mais gosta de realizar?

Maria Clara: Minhas principais funções no CCJF estão ligadas à comunicação sobre o espaço, entre elas a produção de conteúdos e o auxílio na divulgação das programações. Tenho tido um olhar diferente para a roteirização e edição de vídeos nos últimos meses, tem se tornado minha função favorita.

VITRAL: Conte-nos alguma curiosidade ou caso que considere memorável, seja profissional ou pessoal...

Maria Clara: A abertura da exposição *FotoRio 2025* foi memorável para mim. Outro destaque foi conhecer novas pessoas e a parabenização à nossa equipe pelo vídeo do Regulamento de Ocupação de 2026 que bateu mais de 400 mil visualizações no *Instagram*. Foi ótimo ver nosso trabalho sendo reconhecido.



Símbolo da memória jurídica e cultural do Brasil, Centro Cultural Justiça Federal celebra 25 anos transbordando vitalidade, história e serviço à sociedade

Por Dr. Theophilo Antonio Miguel Filho, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e diretor-geral do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)

"Neste Jubileu de Prata, celebra-se não apenas a resistência de um edifício, mas a vitalidade de uma instituição que soube reinventar-se sem jamais renunciar à sua essência."

Celebrar o Jubileu de Prata do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** é reverenciar não apenas o transcurso de 25 anos de sua reinauguração, mas, sobretudo, reconhecer a permanência viva de uma história que atravessa séculos, instituições e gerações, consolidando-se como um dos mais simbólicos espaços de memória jurídica e cultural do país.

Situado no coração do Rio de Janeiro, no emblemático quadrilátero cultural da Cinelândia – ao lado do Theatro Municipal, do Museu Nacional de Belas Artes, da Biblioteca Nacional e do Palácio Pedro Ernesto – o edifício que hoje abriga o Centro Cultural Justiça Federal carrega, em suas paredes, a densidade de uma trajetória singular. Concebido originalmente como Palácio Arquiepiscopal, foi incorporado, em 1909, ao patrimônio da recém proclamada República para sediar a quarta instalação da Suprema Corte brasileira, refletindo o crescimento e a complexidade das demandas jurídicas daquele tempo.

Durante 51 anos, o prédio foi palco de históricos julgamentos do Supremo Tribunal Federal – instituição que, neste ano, celebra 135 anos de existência – e testemunhou momentos marcantes da história nacional. Em sua majestosa Sala de Sessões, o Ministro

Epitácio Pessoa, posteriormente eleito Presidente da República, encontrou inspiração para escrever a sua obra que desvenda o enigma do afresco danificado pelas obras de restauro, revelando a figura do jurista romano Múcio Cévola, em uma eloquente fusão entre arte, história e erudição jurídica.

Da mesma tribuna, o notável Rui Barbosa elaborou a célebre teoria do *habeas corpus* invertido, ampliando horizontes interpretativos do direito brasileiro. Foi também nesse espaço que se deram episódios de profundo impacto histórico e humano: a negativa de *habeas corpus* a Olga Benário Prestes, posteriormente extraditada para a Alemanha nazista, e o julgamento, em 1947, de um crime que chocou o país – o homicídio cometido por um desembargador baiano contra um advogado, à porta de um cartório.

Após a transferência do Supremo Tribunal Federal (STF) para Brasília, em 1960, o edifício continuou a servir à Justiça Federal, reafirmando sua vocação institucional. Contudo, ao final da década de 1980, o avanço silencioso dos cupins impôs seu fechamento, ameaçando a integridade de um patrimônio de valor inestimável. Foi necessário um amplo e cuidadoso processo de restauração para devolver-lhe a dignidade arquitetônica e histórica, culminando em sua reinauguração, em 4 de abril de 2001, como Centro Cultural Justiça Federal.

Desde então, o CCJF consolidou-se como um espaço de diálogo entre o Direito, a cultura e a sociedade. Mais do que preservar a memória, ele a projeta para o futuro, abrindo suas portas para exposições, debates, manifestações artísticas e reflexões que reafirmam o papel da Justiça como instrumento de civilização.

Nada disso seria possível sem a meticulosa obra de restauro acompanhada de perto diuturnamente pelo Desembargador Sergio Schwaitzer, quando então Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, pelo pioneirismo da administração do Desembargador Federal Paulo de Freitas Barata, bem como exitosas gestões dos Desembargadores Federais: André Ricardo Cruz Fontes, Poul Erik Dyrland, Messod Azulay Neto, Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Reis Friede, Antonio Ivan Athié e Simone Schreiber, aliadas à incansável dedicação dos servidores públicos federais e demais colaboradores que tanto se empenham para consecução dos objetivos traçados.

Consigno profundo respeito e gratidão à secular e renomada Casa da Moeda do Brasil, ora representada por seu Presidente Sérgio Perini, pela confecção da histórica Medalha de Mérito do Centro Cultural Justiça Federal, que solidamente traduz sua marcante trajetória ao longo do tempo.

Neste Jubileu de Prata, celebra-se não apenas a resistência de um edifício, mas a vitalidade de uma instituição que soube reinventar-se sem jamais renunciar à sua essência. O Centro Cultural Justiça Federal permanece como guardião da história e farol de cultura, lembrando-nos de que o passado, quando preservado com respeito, ilumina o caminho das gerações futuras.

